

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Procuradoria-Geral de Justiça

**LVII CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO  
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA**

**GRUPO TEMÁTICO III**

QUESTÃO 1– Valor: 4 (quatro) pontos.

Disserte sobre o princípio da *saisine*, revelando o seu efeito principal e indicando o artigo do Código Civil atinente a ele.

Na dissertação, deve-se mencionar e explicar sucintamente dois outros efeitos da *saisine*, apontando o(s) artigo(s) do Código Civil correspondente(s), e justificar se o princípio da *saisine* se aplica, ou não, ao poder público. (máximo de 20 linhas)

QUESTÃO 2 – Valor: 2 (dois) pontos.

A ideia romana de um direito de propriedade absoluto instigou a codificação europeia oitocentista, refletindo seu caráter individualista e patrimonialista, que se estendeu também ao Código Civil de Napoleão, de 1804, e ao Código Civil Alemão, cujos valores, à época, visavam a proteger preferencialmente o patrimônio, e influenciou a primeira codificação privada no Brasil, o Código Civil de 1916.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, seus princípios e fundamentos que norteiam o Estado Democrático de Direito, especialmente a dignidade da pessoa humana, repositionaram interesses, e o *status* jurídico do patrimônio foi realocado dentro do ordenamento legal.

A propriedade e sua função social foram catalogados como direitos fundamentais, de forma que a análise de ambos deve ser ponderada e articulada entre vários institutos jurídicos presentes no texto constitucional e na legislação infraconstitucional. A exemplo de diversos direitos fundamentais, o direito de propriedade comporta limitações em nome de outros valores também tutelados pelo texto constitucional. Da mesma forma, muitos princípios constitucionais admitem restrição em face do direito de propriedade. O confronto entre princípios constitucionais, sobretudo no caso de direitos fundamentais, requer que uns tenham moderada sua aplicação em face de outros.

Considerando que se pretende tratar de propriedade imobiliária, é importante destacar que o Estado de Minas Gerais tem território de quase 600.000 km<sup>2</sup>, dividido em 853 municípios, sendo 665 com população inferior a 20.000 habitantes. Sua população estimada supera 21 milhões de habitantes, dos quais, segundo o IBGE, 26,4% têm ocupação formal e o salário médio mensal é de 2,4 salários-mínimos. O *deficit* habitacional do Estado é o segundo da Federação, atingindo 575.000 moradias, entre zoneamento urbano e rural. Na Capital do Estado, a população em situação de rua supera 4.500 pessoas.

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Procuradoria-Geral de Justiça

Diante de tais premissas:

- a) Disserte sobre a função social da propriedade, à luz da Constituição da República de 1988 e do Código Civil Brasileiro.
- b) Comente os institutos jurídicos constitucionais e infraconstitucionais que garantem a coexistência de ambos os direitos, o de propriedade e a sua função social. (máximo de 20 linhas)

QUESTÃO 3 – Valor: 2 (dois) pontos.

Responda aos itens elencados abaixo apontando, para cada um deles, os devidos fundamentos legais e o posicionamento do STJ.

- a) Com relação ao cumprimento provisório de sentença, é possível o levantamento de depósito ou transferência de bens na pendência de julgamento de recursos sem a prestação de caução? E ainda, quais recursos cabíveis contra o pronunciamento judicial que acolhe a impugnação ao cumprimento provisório de sentença e a extingue, e contra o pronunciamento judicial que a julga improcedente?
- b) Disserte sobre o instituto da execução invertida e o arbitramento de honorários advocatícios nesta modalidade de execução.
- c) Disserte sobre a interpretação lógico-sistemática e se a sua aplicação poderá transformar o julgamento em *extra petita/ultra petita* ou afastar tais vícios.
- d) Discorra sobre o entendimento do STJ com relação à taxatividade, ou não, do rol do cabimento do Agravo de Instrumento do artigo 1.015 do CPC. E ainda, podem as mudanças de entendimento do STJ ser aplicadas aos recursos pendentes, ou violariam os institutos da segurança jurídica e do *tempus redit actum*? (máximo de 20 linhas)

QUESTÃO 4 – Valor: 2 (dois) pontos.

Responda as questões abaixo sobre litisconsórcio e temas afins:

- a) Duas famílias distintas, que habitam em dois imóveis distantes um do outro (cerca de um quilômetro), contrataram o mesmo advogado e ajuizaram uma mesma ação de reparação de danos materiais e morais em face de uma empresa de mineração, em decorrência de desastre com uma de suas barragens. Dito isso, pergunta-se: é lícita a formação deste litisconsórcio ativo? Fundamente juridicamente e com coerência.
- b) Caso o litisconsórcio acima não existisse, e, em seu lugar, tivessem sido propostas duas ações judiciais, distribuídas, no mesmo dia, para juízos distintos, haveria a obrigatoriedade de reuni-las perante um mesmo juízo? Fundamente juridicamente e com coerência.
- c) Discorra, brevemente, sobre o chamado litisconsórcio ativo necessário, e apresente as duas soluções práticas possíveis que a doutrina aponta (em sentidos opostos), caso um desses litisconsortes não queira demandar.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Procuradoria-Geral de Justiça

d) Foi proferida sentença em processo de conhecimento no qual, por descuido de todos os sujeitos do processo, não foi formado litisconsórcio passivo necessário unitário, e a decisão foi de procedência do pedido. Pouco mais de cinco anos depois do trânsito em julgado da decisão, esse litisconsorte, que foi esquecido, pretende tomar alguma medida judicial para tentar corrigir esse suposto vício processual. Isso seria possível? Fundamente juridicamente e com coerência. (máximo de 20 linhas)

**OBSERVAÇÃO:** Na correção das provas serão observados não somente a exatidão das respostas, aferidas segundo as disposições legais e a interpretação doutrinária e jurisprudencial, mas ainda o estrito respeito às regras da gramática, o uso da terminologia adequada, a clareza, a coerência e a objetividade.